

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.254 - MG (2019/0263519-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **FABRICIA ALVES NASCIMENTO DE CASTRO**  
**AGRAVANTE** : **GABRIEL APARECIDO DE CASTRO**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS EDUARDO SOUZA GATO - MG100361**  
                  **EDILSON TEODORO AMARAL - MG049937N**  
                  **DANIELA APARECIDA DE REZENDE - MG092167**  
**AGRAVADO** : **JOAN MINERAÇÃO LTDA**  
**ADVOGADO** : **WAGNER TAVARES - MG021529N**  
**AGRAVADO** : **MINAS DO BRASIL EXPORTADORA E MARMORES E GRANITOS**  
**REPR. POR** : **JEFFERSON LUIZ DE ALMEIDA**  
**AGRAVADO** : **ÁTILA CARLOS CARVALHO DO COUTO**  
**AGRAVADO** : **MAGNUS CARVALHO COUTO**  
**AGRAVADO** : **RENATA CARVALHO COUTO**  
**AGRAVADO** : **CARMEN MALAQUIAS DO COUTO**  
**ADVOGADO** : **VANIA DINIZ BOAVENTURA - MG037884N**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, diante da incidência da Súmula n. 7 (e-STJ fls. 961/964).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 884):

**AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA - POSSE AD USUCAPIONEM - PROVA - DOMÍNIO - PRESCRIÇÃO AQUISITIVA - IMPROCEDÊNCIA - DIALETICIDADE.**

A posse desprovida das qualidades especiais previstas no art. 1.238 do CC não configura posse *ad usucapionem*, dado técnico que enseja a improcedência da pretensão de domínio pela prescrição aquisitiva. O fato de o recurso de apelação conter aspectos das alegações finais não impede o seu conhecimento, apenas prejudica a resolução aprofundada de matéria específica que se revelar não combatida com eficiência em vista do que sobre ela restou decidido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 908/910).

No especial (e-STJ fls. 913/942), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, os recorrentes apontaram, além do dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 1.238, parágrafo único, e seguintes do CC/2002, e 941, 942, e 943 do CPC/1973. Sustentou, em síntese, que estariam presentes todos os requisitos necessários para o reconhecimento da usucapião.

No agravo (e-STJ fls. 967/998), afirma a presença dos requisitos de admissibilidade do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 1.001/1.003 e 1.005/1.009).

É o relatório.

Decido.

No que diz respeito à alegada inobservância dos arts. 941, 942, 943 do

CPC/1973, os conteúdos normativos de tais dispositivos não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, apesar da oposição de embargos declaratórios. Portanto, é inafastável a incidência da Súmula n. 211/STJ. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. ACIDENTE. PASSAGEIRO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SÚMULA N. 83/STJ. CULPA EXCLUSIVA OU DE TERCEIRO. TESE NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA N. 211/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

3. Temas recursais referentes à culpa exclusiva da vítima ou de terceiro não foram debatidos pela Corte estadual, carecendo, portanto, do necessário prequestionamento. Assim, aplicável o enunciado n. 211 da Súmula desta Casa, porquanto é inadmissível recurso especial quanto ao tema, a despeito da oposição de embargos de declaração, não foi apreciado pela Corte estadual.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 617.327/GO, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/2/2015, DJe 13/3/2015.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 794, I, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. NÃO INTERPOSIÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. ENUNCIADO 211 DA SÚMULA DO STJ. APLICAÇÃO DE JUROS SOBRE JUROS. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não tendo havido o prequestionamento do tema posto em debate nas razões do recurso especial e não tendo sido apontada ofensa ao art. 535 do CPC, incidente o enunciado 211 da Súmula do STJ.

2. O Tribunal de origem concluiu pela não aplicação de juros sobre juros e a revisão do entendimento adotado esbarra no óbice do enunciado 7 da Súmula/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 531.031/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/9/2014, DJe 30/9/2014.)

É pacífico no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que a admissão do prequestionamento ficto previsto no art. 1.025 do CPC/2015 exige que o recurso especial aponte violação do art. 1.022, providência não adotada pelos recorrentes. Sobre o tema:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

01. Inviável o recurso especial na parte em que a insurgência recursal não estiver calcada em violação a dispositivo de lei, ou em dissídio jurisprudencial.

02. Avaliar o alcance da quitação dada pelos recorridos e o que se apurou a título de patrimônio líquido da empresa, são matérias insuscetíveis de apreciação na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

03. Inviável a análise de violação de dispositivos de lei não prequestionados na origem, apesar da interposição de embargos de declaração.

04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.

05. O pedido de abertura de inventário interrompe o curso do prazo prescricional para todas as pendengas entre meeiro, herdeiros e/ou legatários que exijam a definição de

titularidade sobre parte do patrimônio inventariado.

06. Recurso especial não provido.

(REsp n. 1.639.314/MG, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017.)

Por outro lado, o Tribunal de origem, após a análise da prova dos autos, entendeu não estarem presentes os requisitos caracterizadores da usucapião, nos termos seguintes (e-STJ fls. 887/889):

A posse é um estado de fato, correspondente ao exercício da propriedade, ou de seus desmembramentos (art. 1.196, CC). Portanto, toda vez que tal situação fique ressaltada na relação jurídica haverá posse, independentemente da individualização dos modos aquisitivos.

Assim, a posse de uma coisa se adquire pela obtenção do poder de fato sobre essa coisa. O sucessor universal substitui o titular primitivo na totalidade dos bens, ou numa quota ideal deles, como no caso do herdeiro. Como continuador da posse, recebe-a com os mesmos caracteres de que anteriormente se impregnava, não podendo desligar seu direito do direito de seu predecessor (art. 1.207, CC). O sucessor singular substitui o antecessor em direitos ou coisas determinadas, como o comprador e o legatário, e pode unir sua posse à do antecessor. A *accessio possessionis* não é obrigatória. Existe mera faculdade, que exercerá, ou não, como melhor lhe convenha (art. 1.207, CC). Obstáculos à aquisição da posse são os atos de mera permissão ou tolerância, assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência, ou clandestinidade (art. 1.208, CC). São efeitos da posse, conduz a usucapião e a faculdade de invocar os interditos.

A usucapião define-se como modo originário de aquisição da propriedade e de outros direitos reais pela posse prolongada e qualificada por requisitos estabelecidos em lei. É modo originário de aquisição da propriedade, pois não há relação pessoal entre um precedente e um subsequente sujeito de direito. O direito do usucapiente não se funda sobre o direito do titular precedente, não constituindo este direito o pressuposto daquele, muito menos lhe determinando a existência, as qualidades e a extensão. São efeitos de fato da aquisição o de ser a título originário: não haver necessidade do imposto de transmissão quando do registro da sentença, com ressalva, porém, que a negativa fiscal do IPTU dos últimos cinco anos deve ser apresentada; o título judicial ingressar no registro independentemente de registro anterior, por constituir exceção ao princípio da continuidade e mitigação ao princípio da especialidade registrarias; os direitos reais limitados e eventuais defeitos que gravam ou viciam a propriedade não se transmitirem ao usucapiente; caso resolúvel a propriedade, o implemento da condição não resolve a propriedade plena adquirida pelo usucapiente; constituir esplêndido instrumento jurídico; sanar os vícios de propriedade defeituosa adquirida a título derivado. Dois elementos estão sempre presentes em qualquer modalidade de usucapião, o tempo e a posse. Não basta a posse natural (*ad interdicta*), exigindo-se posse *ad usucapionem*, na qual, além da visibilidade do domínio, deve ter o usucapiente uma posse com qualidades especiais, previstas no art. 1.238 do CC: prazo de quinze anos, sem interrupção (posse contínua), nem oposição (posse pacífica), e ter como seu o imóvel (*animus domini*).

(...)

A pretensão dos apelantes de usucapião da área denominada de sítio "Colina", situado na Avenida Gabriel Passos, 650, bairro Bom Jesus, Itapeverica (MG), não se coaduna com a condição jurídica provada de mero detentor de Norival Pereira de Oliveira (f. 639 (f. 469)), e de sua obrigação de manutenção da posse, de modo que a transmissão da posse em favor dos apelantes é ilegal e ilegítima (art. 1.208, CC). Aliás de todo imoral, por violar a boa-fé. Note que os depoimentos de f. 640-644 carecem de conhecimento aprofundado sobre a mera detenção de Norival Pereira de Oliveira (possuidor anterior), pelo que justo é o valor técnico probante dado ao depoimento de f. 639 (f. 469).

Nesse contexto técnico, a resistência dos apelantes à sentença recorrida que aplicou, com máximo acerto técnico, a norma do art. 1.208 do CC, não pode prosperar, uma vez que a pretensão de usucapião extraordinária não pode ser tutelada, ante a prova de uma real condição jurídica anterior de mero detentor de Norival Pereira de Oliveira (possuidor anterior), sendo real a carência de posse mansa, pacífica, sem oposição e com ânimo de dono (ad. 1.238, CC). Acresça-se que a ação de reintegração de posse de nº 1.0335.10.001165-91002, de partes iguais, cujo pedido foi julgado improcedente, e assim confirmado por esta 12ª Câmara Cível, prova não existir posse mansa, pacífica e sem oposição por parte dos apelantes.

Por epílogo, a sentença recorrida não desafia qualquer ajuste técnico, já que os apelantes não provaram em relação ao imóvel descrito na inicial (f. 03-04) a posse *ad usucapionem*, a posse com qualidades especiais, previstas no ad. 1.238 do CC: prazo de quinze anos, sem interrupção (posse contínua), nem oposição (posse pacífica), e ter como seu o imóvel (*animus domini*). Inclua-se que injusta a posse do transmitente Norival Pereira de Oliveira (mero detentor), também injusta é a posse dos apelantes, dado técnico preciso que obsta o transcurso de prazo para a usucapião.

Não há como ultrapassar as conclusões do acórdão impugnado, para admitir presentes os requisitos necessários para configuração da usucapião. Para tanto, seria imprescindível o reexame de fatos e de provas dos autos, o que é vedado em recurso especial. Incide, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 do STJ. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO ALEGADO COMO MATÉRIA DE DEFESA. AUSÊNCIA DE *ANIMUS DOMINI*. OPOSIÇÃO DURANTE O LAPSO PRESCRICIONAL CONFIGURADA. REEXAME DE ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os agravados ofereceram e exerceram clara oposição à posse dos agravantes e que estes não exerciam posse sobre a área em questão com *animus domini*, razões pelas quais afastou a ocorrência de usucapião extraordinário.

2. A alteração das premissas fáticas adotadas pela Corte de origem demandaria o reexame de provas, o que é vedado pela Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.232.821/RS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/9/2017, DJe 20/10/2017.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. 1. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 2. CURADOR ESPECIAL NÃO INTIMADO PESSOALMENTE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DA *PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF*. SÚMULA 83/STJ. 3. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ATUAÇÃO EM SEGUNDO GRAU. SUPRIMENTO. PRECEDENTES. 4. ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA CONFIGURAÇÃO DA USUCAPIÃO. PROVA TESTEMUNHAL. SUFICIÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 5. ILEGITIMIDADE ATIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ. 6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão foi omissor, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. O sistema das nulidades processuais é informado pela máxima *pas de nullité sans grief*, segundo a qual não se decreta nulidade sem prejuízo.

3. A falta de intervenção do Ministério Público em primeiro grau pode ser suprida pela atuação da Instituição perante o Colegiado em segundo grau. Além disso, incumbe ao

próprio Órgão Ministerial a análise do interesse público no caso concreto. Precedentes.

4. A desconstituição da conclusão do acórdão recorrido acerca do preenchimento dos requisitos da usucapião só seria possível mediante o reexame dos fatos e das provas dos autos, incidindo, na espécie, a Súmula 7 deste Tribunal Superior, a obstar o conhecimento do recurso especial.

5. A indicação de dispositivo sem que esse tenha sido debatido pela Corte a quo, apesar da oposição dos embargos de declaração, obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicável, assim, o enunciado n. 211 da Súmula do STJ. Ademais, mesmo as matérias de ordem pública necessitam do prequestionamento para serem analisadas em recurso especial.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.720.264/MG, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 21/9/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA RELATIVA AO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. COMODATO VERBAL. COMPROVAÇÃO. USUCAPIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. Tese fixada na decisão embargada, "a Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os bens ora pleiteados são de propriedade da agravada e foram objeto de contrato de comodato verbal firmado entre as partes. Concluiu, ainda, que, em decorrência da existência de tal contrato, não há que se falar em usucapião quanto aos referidos bens, pela inexistência de posse com *animus domini*. A alteração das premissas fáticas adotadas pela Corte de origem demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e o reexame de provas, o que é vedado pelas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça".

3. A Corte Especial deste STJ firmou compreensão segundo a qual não cabem embargos de divergência com a finalidade de discutir eventual equívoco quanto ao exame dos requisitos de admissibilidade de recurso especial, tais como aqueles referentes à deficiência de fundamentação, ausência de prequestionamento, ao reexame de provas, à necessidade de interpretação de cláusulas contratuais (AgRg nos EREsp 1.191.545/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 13.9.2012).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EAREsp n. 944.542/PR, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 6/6/2018, DJe 14/6/2018.)

Ademais, ressalte-se que esta Corte de Justiça possui entendimento de que a incidência da Súmula n. 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual foi dada a solução pela Corte de origem.

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intímese.

Brasília-DF, 21 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator